

Criminalização usada para conter os trabalhadores frente à crise

A criminalização dos movimentos sociais vem aumentando nos últimos anos. O Governo Dilma, em parceria com os governos estaduais, vem adotando uma série de medidas para conter a insatisfação e as consequentes manifestações dos trabalhadores. Com isso espera se prevenir dos efeitos da crise econômica mundial, mantendo as altas taxa de lucros dos ricos.

Avançam os ataques ao direito de greve e de livre organização dos trabalhadores. Observa-se a Justiça agir a favor do projeto neoliberal, através de incontáveis liminares e interditos proibitórios, que impedem o efetivo exercício destes direitos.

Criam-se obstáculos enormes para a manutenção do movimento grevista, ameaçando os sindicatos com multas que, se cobradas, levariam as entidades sindicais à falência.

Crescem as ações policiais e as medidas judiciais contra as mobilizações, manifestações e as greves. Isso sem falar nos processos administrativos e demissões de dirigentes sindicais e ativistas com ou sem estabilidade no emprego.



Foto: Marcelo Piu / Agência O Globo

MOVIMENTO SINDICAL

Em defesa do direito de greve!

A greve é um importante ato político, um meio de luta da classe trabalhadora. Através desse meio foi construída a democracia em nosso país. Portanto, a relevância social da greve ultrapassa, em muito, os interesses de uma categoria específica para defesa de aumento salarial.

Com o fim do regime militar e, em seguida, a promulgação da Constituição de 1988, o movimento sindical conquistou o direito de greve.

Nos últimos anos a Constituição Federal vem sendo desconstruída pela classe empresarial, ao mesmo tempo em que vemos a cooptação de entidades representativas de trabalhadores por parte dos governos.

Hoje, a criminalização da greve



Foto: Lara Tapeey

está tanto na esfera ideológica quanto na política e jurídica. De uma parte, a grande mídia realiza uma forte campanha para construir uma avaliação negativa do movimento e de seus líderes, adiantando-se em falar dos prejuízos que pode causar. De outra, o Projeto de Lei do Senado (PLS-710/11) que ataca o direito de greve dos servidores públicos, estabelece uma série de pré-requisitos para a

deflagração de greve, que praticamente torna proibida a paralisação no setor.

Dentre as várias e absurdas propostas deste PLS está a obrigatoriedade da aprovação de greve por pelo menos dois terços de todos os trabalhadores de determinada categoria, além da proibição da paralisação nos chamados “serviços essenciais”. Há

também a determinação de que apenas 50% do efetivo de cada categoria pode aderir a uma greve, 20% para as áreas consideradas essenciais e limite de, no máximo, 30% da remuneração para pagamento dos grevistas.

Servidores públicos e trabalhadores da iniciativa privada começam a discutir um plano de lutas comum para defender direitos conquistados e barrar os ataques do governo.

MOVIMENTO POPULAR

**Contra a “higienização” social
e a violência urbana!**

O despejo dos moradores do Píneirinho, em janeiro de 2012, mostrou, mais uma vez, como os governos e a Justiça tratam as lutas dos trabalhadores. Mais de 1.600 famílias de São José dos Campos foram brutalmente expulsas de suas casas, numa ação da polícia que, além de deixar vários feridos – desde crianças a idosos – e protagonizar estupros, culminou na morte de um morador, algumas semanas depois.

O episódio se soma a tantos outros crimes promovidos, abafados e/ou distorcidos pelo Estado, desde desocupações até massacres de trabalhadores sem-terra e negros das periferias, como o do “Carandiru”, há exatos 20 anos; o Eldorado dos Carajás, em 1996; e 10 anos mais tarde, os “Crimes de Maio”. Sendo este último citado, possivelmente, o maior caso de violência em São Paulo.

Observa-se também que, devido à proximidade da Copa do Mundo de 2014 e a Olimpíada de 2016 no Rio de Janeiro, foram ampliados os ataques às comunidades, através de



Foto: Roosevelt Cassio

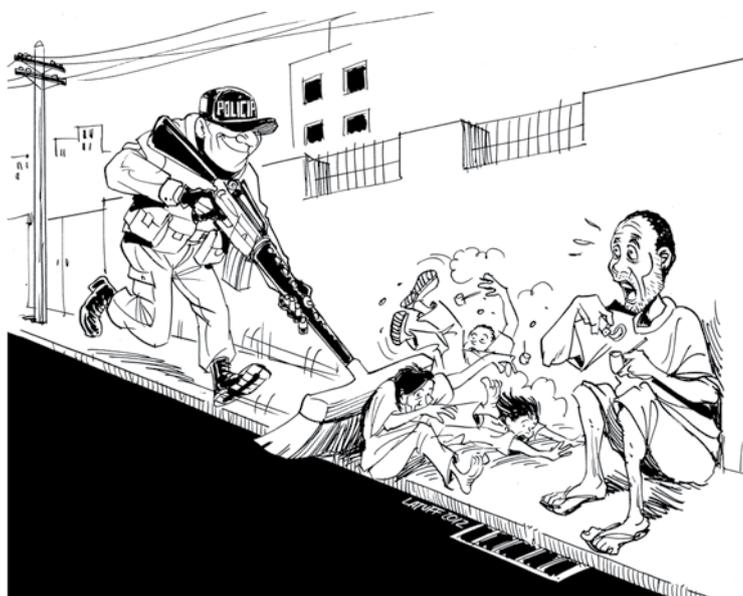
remoções forçadas e um processo de “higienização” social dos centros urbanos.

Em São Paulo aumenta o número de incêndios nas favelas. Apesar das centenas de famílias desabrigadas, dos feridos e até mesmo de mortes em razão dos incêndios, a esmagadora maioria destas ocorrências não são esclarecidas e as causas do fogo não são determinadas pela polícia. No entanto, os incêndios só aumentam e os trabalhadores seguem sendo expulsos de suas casas. Seria uma trágica

coincidência? Seriam todos os incêndios coincidências, acidentes que repetidamente atingem os barracos de famílias pobres, obrigando-as a deixar as suas casas? Moradores, líderes comunitários e diversos movimentos sociais acreditam que não. Os incêndios teriam origem criminosos e os objetivos são, de fato, expulsar os pobres, destruir as favelas e “limpar” o terreno para a especulação imobiliária. A frequência dos incêndios só reforça a ideia de que há algo errado nestas tragédias.

CRACOLÂNCIA

A “varredura” de usuários de drogas e sem-teto em áreas da Cracolândia, realizada no início do ano não aconteceu por acaso. Como acontece desde a década de 1990, a Cracolândia é uma área em disputa do setor privado. Em 2012, a operação de “limpeza” do local – entregue a uma grande empresa para ser revitalizada – foi feita de forma violenta pela polícia. Ao invés de tratamento, a prefeitura tucana ofereceu porrada aos usuários, enquanto uma pesquisa feita pela própria administração pública mostra que 47% das pessoas que perambulam pela região fariam tratamento se lhes fosse oferecido. Por que então o tratamento não foi oferecido sem que fosse necessária a violência policial? Porque faz parte do processo de “higienização” social.



CONFLITOS NAS CIDADES

Pelo fim da onda de violência e do mar de sangue!

O Estado, através da política de criminalização e extermínio, é responsável pelo crescimento assustador da violência. Os fuzilamentos protagonizados pela tropa de elite da polícia (a Rota) detonaram a onda de violência que tomou novamente São Paulo, e também é uma realidade concreta em diversas cidades brasileiras.

Pesquisas indicam que somente no primeiro semestre de 2012, as forças de repressão comandadas por Alckmin assassinaram 637 pessoas, um aumento de 53% em relação ao mesmo período, no ano passado. Em julho houve um crescimento de 300% no número de mortos pela PM em relação ao mesmo período de 2011.

De acordo com dados do “Mapa da Violência 2012”, entre 2005 e 2011, a PM paulista matou 3.921 pessoas. Destas mortes, 3.074



foram registradas como “resistência seguida de morte”. Desde 2009, um a cada cinco assassinatos cometidos em São Paulo são respondidos pelas polícias militar e civil.

Hoje, os policiais estão pagando um preço caro por cumprir o

papel de exterminadores de pobres. O número de integrantes da força policial assassinados bate recorde. De janeiro a novembro deste ano, quase 100 PMs foram mortos no estado - vinte a mais que a média dos últimos cinco anos.

“Quem matou meu filho não foi o PCC, foi o Estado”

A afirmação é de Débora Maria da Silva, que teve seu filho assassinado em 2006 por grupos de extermínio da polícia militar e fundou o Movimento Mães de Maio. Além do filho de Débora, durante o mês de maio deste ano, foram assassinadas no mínimo 492 pessoas em uma suposta resposta ao que se chamou na imprensa de “ataques do PCC”. A maioria das vítimas – mais de 400 jovens negros e pobres – executadas sumariamente pela polícia militar do Estado de São Paulo.

Segundo Débora Silva, o que está acontecendo agora, com ônibus sendo queimados, jovens sendo mortos e toques de recolher nas periferias, aconteceu em 2006 antes de haver o massacre. “Quando houve o massacre da periferia, em que mataram mais de 400 pessoas em uma semana, apagaram isso com a Copa do Mundo. Agora estamos assistindo situação parecida”, disse.



CONFLITOS NO CAMPO

Pelo Direito à terra!

Enquanto na cidade existe criminalização do direito de lutar por moradia e por melhores condições de trabalho, no campo, lutar por terra é crime até de formação de quadrilha.

A Justiça age para evitar as ocupações de terras sob a alegação do direito de propriedade. Porém, fecha os olhos para o detalhe de que esse direito é garantido, desde que cumprida a função social do terreno, coisa que raramente existe nos latifúndios, ao contrário, o que mais se vê é situação de trabalho análogo ao escravo.

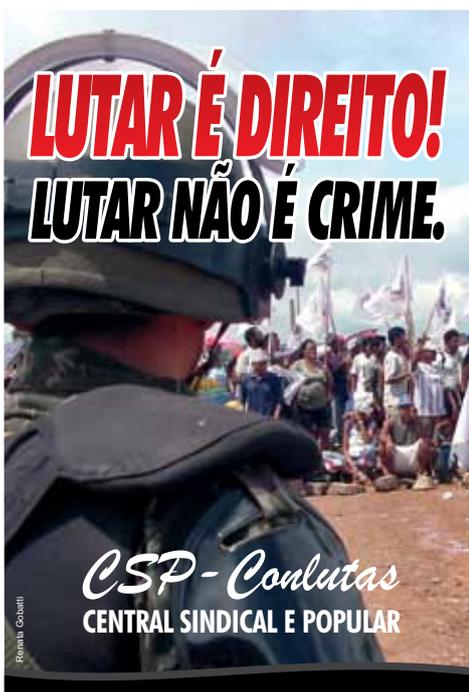
Com ações, ora das próprias forças repressivas do Estado, ora da sua convivência com a pistolagem dos representantes do agronegócio, os conflitos por terra tiveram um crescimento expressivo no último ano. Segundo dados da Comissão Pastoral da Terra, passaram de 835, em 2010,



para 1.035 em 2011, um crescimento de 24%. O número de famílias envolvidas cresceu 30,3%. A Pastoral aponta um aumento de 75,7% do número de famílias expulsas e de 50,4% ameaçadas por pistoleiros.

No lugar da realidade explícita

nos dados, a imprensa dos ricos apresenta os integrantes do movimento sem terra como ladrões, vândalos e terroristas, enfim, criminosos. Na verdade, estão lutando por direitos que deveriam ser garantidos pelo Estado.

**Pelo fim da criminalização dos
Movimentos Sociais e da pobreza!**

O resultado das ações de governos que apostam na criminalização das lutas e na “brutalização” contra as comunidades da periferia e do campo, só poderia ser o aprofundamento da violência em todos os níveis sociais.

Esse cenário impõe a necessidade de uma retomada vigorosa das iniciativas de defesa dos trabalhadores, de suas lideranças, de suas organizações sindicais e populares. É preciso combater a prática do projeto de higienização étnico-racial e criminalização da pobreza que tem sido levado a cabo por Alckmin, Dilma e amplos setores da elite.

VAMOS LEVANTAR NOSSAS BANDEIRAS:

- Liberdade de manifestação e expressão
- Fim das perseguições e punições aos trabalhadores que lutam
- Amplo e irrestrito direito de greve
- Reintegração de todos os demitidos políticos
- Fim dos processos criminais e administrativos
- Fim da violência e dos assassinatos dos que lutam no campo e na cidade
- Fim dos ataques às organizações sindicais e sociais
- Pelo punição dos assassinos!
- Pelo livre direito de organização da população e dos movimentos sociais!